

tar com grande lucidez das 'fronteiras do gênero', constantemente demarcadas e desmarcadas, borradas ou atravessadas por transversalidades. A reunião de autoras oriundas de diferentes disciplinas foi guiada, conforme Schpun revela no início do livro (p. 13), pela "crença de que os estudos sobre mulheres e relações de gênero desenhavam um campo privilegiado para o estabelecimento da interdisciplinaridade". Se essa crença é de fato generalizada neste campo, não menos comum é um permanente e subliminar lamento quanto às dificuldades reais de concretização da anelada e jamais inteiramente concretizada interdisciplinaridade — gênero sem fronteiras é também nossa utopia. Nesse sentido talvez seja alentador lembrar (ou divulgar) algo dito por Miguel Vale de Almeida⁶ em passagem pelo Brasil: para termos interdisciplinaridade, é preciso primeiro termos *disciplinaridade*. Ou seja, dentro de nossas fronteiras disciplinares, se é mister interagir e trocar, também é bom — produtivo, solutor, instigante — ver cada um fazendo a sua parte — cientistas sociais e juristas, psicólogos e historiadores, antropólogos e literatos, pesquisadores e pesquisadoras. O livro de Mônica Ralsa Schpun, por sua vez, faz a sua parte lançando luzes sobre as fronteiras do gênero presentes na utopia de um gênero sem fronteiras.⁷

1 Nácia Battella Gottib. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Ática, 1995.

2 É digna de nota a instigante reprodução de retratos das viajantes, especialmente o de Therese von Bayem em campo e o da cabine de Anne Brassey na escuna em que viajou com a família.

3 No jargão antropológico, *ênico* equivale a *nativo*, referindo-se às categorias usadas pelo grupo social estudado e opondo-se ao *étnico* (categorias e conceitos do antropólogo).

4 Pierre Bourdieu. *La domination masculine*, *Actes de la Recherche en Ciencias Sociales*, n. 84. Paris, 1990.

5 Marilyn Strathern. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1990.

6 Antropólogo português, autor de *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995. Abordou a questão em conferência promovida pelo Pagu e pelo Cerni na Unicamp em 30 de setembro de 1998.

7 A excelente produção material do livro é digna de nota. A introdução de uma estética menos acadêmica também suscita elogios, embora uma eventual sobrecarga de enfeites e marcações (vide p. 150-1) coloque por vezes em dúvida tal estética (que eu não ousaria supor 'feminina').

FLÁVIA DE MATTOS MOTTA ■

Desnaturalizando antigas leituras

Armadilhas da sedução: os romances de M. Dely

CUNHA, Maria Teresa Santos

Belo Horizonte: Autêntica, 1999

Armadilhas da sedução: os romances de M. Dely, de Maria Teresa Santos Cunha, encanta o leitor pela possibilidade de se deliciar com a história. Em sua tese de doutoramento em educação pela USP, agora em forma de livro, a autora demonstra, sob a perspectiva da história cultural

(i.e., percebendo como em lugares e períodos diferentes certas práticas são construídas e compreendidas), ser possível extrapolar as informações contidas nos romances para entrar num universo onde o livro e a leitura sejam "criadores de sentido para a história e para o leitor."

Os romances de Madame Dely eram, na verdade, escritos por um casal de irmãos franceses — Frédéric Henri Petitjean de La Rosière e Jeanne-Marie Henriette Petitjean de La Rosière. Tais romances, ambientados na França, foram publicados no Brasil pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Biblioteca das Moças, e tornaram-se populares junto a jovens brasileiras de classe média, especialmente as normalistas, entre as décadas de 1930 e 1960 (tendo sido editados ininterruptamente entre 1935 e 1963). Eram bons presentes; hoje são geralmente encontrados em

arquivos domésticos ou em bibliotecas de escolas. Analisando cerca de trinta romances dessa coleção, de 1935 a 1986, e recorrendo a testemunhos pessoais de antigas leitoras (quase todas naturais e residentes em Florianópolis/SC) — transitando assim em diferentes áreas do conhecimento (história, educação, sociologia, literatura, lingüística) —, a autora traz uma importante contribuição à historiografia brasileira, especialmente em relação à educação feminina.

Escritos por 'católicos fervorosos', os livros eram considerados 'romances honestos' pela Igreja Católica, pois "colocavam em cena uma boa lição moral". Do gênero romance-folhetim, eram aceitos pela Igreja e pelas famílias, "difundiam junto às leitoras um tipo ideal de comportamento" (p. 38), prescreviam condutas, buscavam normatizar papéis femininos, moldavam o padrão ideal de mulher.

Ao buscar uma história da educação feminina, Maria Teresa privilegiou como referenciais teóricos os estudos de Roger Chartier e Robert Darnton. Possivelmente lembrando Chartier, no sentido de que "não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido", a autora leu também a materialidade que envolvia os romances de M. Dely — capas, títulos, letras. Num ponto alto de seu livro, ela analisa como esses elementos funcionaram para 'educar as sensibildades' daquelas jovens leitoras, ao mesmo tempo em que favoreciam o aparecimento de um certo imaginário romântico, que ajudava a construir um modelo de mulher ideal: mulheres suaves, delicadas, muitas vezes vestidas de branco, heroínas, passando a idéia de pureza e virgindade. As capas ajudavam a mostrar o recato: "evocavam símbolos convencionalmente ligados a uma atitude romântica — cores claras, mulheres rodeadas de flores, pássaros e animais domésticos" (p. 65).

Os títulos, tais como *Boas esposas*, articulavam a educação feminina com o culto à domesticidade, podendo também, de modo geral, ser considerados como estratégias para "propagar um modelo de mulher que participaria da edificação moral, social e religiosa da própria sociedade" (p. 67) — o que fica especialmente claro em *A Fadazinha* ou *Mulherzinhas*. O estudo das capas e dos títulos aponta ainda para as vastas possibilidades de apropriação que as diversas leitoras faziam daquelas "belas histórias". A atração das capas às vezes chegava ao ponto de uma entrevistada dizer que "preferia ficar sonhando, olhando a capa, do que ler a estória ali contada" (p. 53).

Ao explicitar, como no último exemplo, diferentes apropriações feitas pelas leitoras dos roman-

ces de M. Dely, Maria Teresa ratifica a importância de se compreender a leitura, neste caso a leitura feminina, como 'atividade produtiva de sentidos singulares', não necessariamente subordinadas às intenções de editores e autores. É interessante, em relação ao conceito de 'apropriação', a preocupação da autora em evidenciar de onde partem suas interlocuções. Numa linguagem fluida, ela entrelaça diferentes questões teóricas, a partir de Chartier, Certeau e Benjamin, para demonstrar que as leitoras de fato conferiam múltiplos sentidos às imagens e aos textos.

Esses romances realmente alimentavam o imaginário e ajudavam a construir a subjetividade das leitoras. Analisando seus enredos bem definidos — "as estórias narradas privilegiavam o amor como sentimento todo poderoso (...) a final feliz satisfazia o 'sentimento do justo' tão caro à Igreja Católica (...) o casamento feliz nos moldes da Igreja Católica confirmava o caráter de obras edificantes" —, Maria Teresa vai revelando uma "educação que seduz, uma sedução que educa".

Nos enredos, as mulheres tocavam piano, cuidavam da decoração, dançavam, aprendiam francês, tinham compostura, eram refinadas, discretas, elegantes, sentimentais e frágeis (tinham vertigens e desmaios). Eram dedicadas ao lar e ao marido, não entendiam de política, enfim, precisavam de maridos fortes, que as protegessem. As representações femininas expressas nos romances reforçavam o papel da mulher (esposa, mãe, professora), levando-a a desacreditar outras possibilidades de realização. Os códigos de moral, valores e condutas evidenciados nas vivências das heroínas engendravam o 'ser mulher'.

São enredos que, pela profusão de imagens, merecem ser tematizados não só enquanto texto literário, mas também "como prática simbólica divulgadora de valores e modelos capazes de contribuir para a construção de uma certa sensibilidade romântica em uma dada comunidade de leitoras" (p. 20). Num constante cruzamento entre os enredos dos romances e as lembranças das entrevistadas (que leram e sonharam, mas também demonstraram reações diversificadas a respeito das lembranças que as leituras traziam), a autora ratifica a importância desses romances "quando se fala em 'modelagem' da sensibilidade feminina ou mesmo em construção de subjetividades através das práticas de leitura" (p. 37).

Na década de 1950 e no início da de 1960, as editoras começaram a investir mais no público feminino e apostar em seu gosto pelo 'lado senti-

mental', pelas 'emoções', difundindo um tipo ideal de comportamento a ser alcançado, marcado por uma moral conservadora que mostrava uma certa preocupação com o controle dos afetos e o refreamento de impulsos (p. 140). Além do recato já mencionado, as mãos (delicadas e quase sagradas) das personagens estavam sempre ocupadas, talvez para não 'perturbar o corpo'. E não só os romances estavam preocupados com o comportamento que deveriam ter as 'mulheres de bem'; na imprensa era igualmente possível verificar os conselhos práticos para as donas de casa. Tais informações, cuidadosamente analisadas pela autora, explicitam o quanto a leitura dos romances de M. Dely estavam presentes no lazer das moças normalistas.

Para destacar que "os romances de folhetim atravessaram classes sociais, tempos históricos e lugares físicos" (p. 40-1), a autora lembra que romances que serviram para entreter e educar as jovens da classe média no início da década de 1970 passaram a ser lidos por operárias nos anos 90, através das "Sabrinhas, Júlias e Blancas". São outras histórias, outros modelos a serem seguidos, outras leitoras, outras apropriações... É no entrelaçamento entre romances e história que Maria Teresa revela como os romances de M. Dely "propiciaram o desenvolvimento da sensibilidade e do Imaginário" (p. 126).

Nessa perspectiva, os romances de M. Dely ajudavam a construir culturalmente as diferenças entre os gêneros e uma imagem de mulher burguesa. Assim, a autora demonstra o quanto os 'ensinamentos' propagados pelos personagens dos romances contribuíram para uma educação de sentimentos, gostos e sensibilidades historicamente construída e marcada pelas diferenças de gênero. A própria associação mulher/romance, intrínseca ao universo da mulher burguesa e à dimensão do privado, firmou-se na Europa do século XVIII e foi trazida para o Brasil, via modelo francês, buscando exatamente construir uma imagem de mulher burguesa. Os romances de amor, principalmente os franceses, eram lidos pelas mulheres da elite brasileira a partir de meados do século XIX. Os colégios femininos, também no Brasil, reforçavam a construção de um modelo feminino "dotado de atributos como o refinamento, a compostura, a polidez, a discrição e a elegância, aliados a uma noção precisa de hierarquia e submissão" (p. 29).

Se a associação mulher/romance é presença forte no Imaginário ocidental, a autora vai desnaturalizando sujeitos idealizados através das (re)significações e das 'outras apropriações' de

algumas das antigas leitoras de M. Dely. Nesse sentido, a cada virada de página, somos levadas pela autora a entender como essa relação mulher/romance se processou.

Entretanto, apesar de a memória feminina não ser o principal objeto de análise do livro, é importante salientar que uma discussão mais detalhada sobre as histórias das próprias entrevistadas daria ao leitor uma compreensão melhor da metodologia utilizada pela pesquisadora. Trata-se de uma memória feminina que poderia ter permitido à autora uma discussão maior sobre gênero. Segundo Maria Teresa, as entrevistas exemplificam os "diferentes discursos provenientes da leitura de um mesmo texto". Seis mulheres — professoras, brancas, de classe média e com idades entre 48 e 66 anos — compartilharam com a autora as lembranças de suas leituras (p. 19). Leituras da mocidade, rememoradas com carinho e saudades, imprimem à narrativa uma sonoridade especial. Assim, embora Maria Teresa tenha explicitado seus 'recortes', o aprofundamento dessas questões em muito enriqueceria seu trabalho para os interessados nos estudos de gênero e de memória.

As falas das entrevistadas, heterogêneas e subjetivas, propiciam aos leitores um encantamento com as experiências vivenciadas. As lembranças das antigas leitoras permitem inferências sobre suas apropriações, sobre a produção de sentido particularizada que cada uma fez daqueles romances. Os romances permitiam sonhar, fugir, adentrar salões requintados e conhecer homens lindos e ricos. E as reminiscências das entrevistadas apresentam reações diversificadas a essas leituras — nem sempre elas 'acreditavam' em tantas prescrições ou nos 'contos de fadas', embora, como a autora evidencia, "no plano simbólico tudo acabava fazendo sentido, porque, como nos contos de fada, a fantasia estava carregada de valores e sob a aparência de diversão veiculava muitos conteúdos" (p. 121); foi uma das entrevistadas, aliás, que traduziu o modo como os romances conquistavam as leitoras: elas não acreditavam no que liam, "mas (...) faz sonhar, não faz?" (p. 116).

De qualquer modo, Maria Teresa, ao longo de toda a narrativa, ao apresentar um texto belo, elaborado com esmero e sensibilidade, realmente encanta, como já mencionei... Um encantamento que flui, frutifica, possivelmente, de suas oscilações entre história, educação e literatura, de seu "sonho de escrever história com a sensibilidade do crítico literário, os olhos do educador e a argúcia do linguista diante da fala e do texto" (p. 21-2). Entendo que estudos como o de Maria Teresa são

Imprescindíveis para 'conhecermos' diferentes experiências vivenciadas por mulheres. Falar das leituras, da subjetividade, de uma sensibilidade romântica, dos sonhos, bem como das diferentes 'apropriações' que o público leitor faz, é importante por possibilitar vários outros olhares, desnaturalizar

supostos papéis, mostrar histórias diversas, no espaço privado ou não — histórias que indicam o quanto nossas experiências são multifacetadas e permeadas pelo inusitado.

JANINE GOMES DA SILVA ■

A invisibilidade da violência de gênero

Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado

ALMEIDA, Suelly Souza de

Rio de Janeiro: Revinter, 1997. 176 p

O termo *femicídio* é utilizado internacionalmente para caracterizar a não-acidentalidade da morte violenta de mulheres. O livro *Femicídio* aproxima o leitor do fenômeno da violência de gênero de modo crítico e inteligente através da análise de processos-crime tramitados em varas criminais do Rio de Janeiro em 1996 e 1997. Trata-se de um tema complexo porque envolve dimensões da vida cotidiana, onde se imbricam três instituições que também encerram inúmeras polêmicas: a família, a polícia e o judiciário.

Femicídio aborda o limite do fenômeno da violência doméstica rotinizada, situação em que mulheres são assassinadas por seus cônjuges na relação conjugal ou terminam por assassiná-los. A violência de gênero, e especificamente a violência doméstica, são fenômenos sociais muitas vezes reduzidos, e até mesmo confundidos, com episódios de agressão no meio familiar. Trata-se de processos estruturados pelo concurso de relações sociais em que a classe social, o gênero e a raça-étnia disputam posições. Tal disputa tem na sociedade em geral, e no poder público em particular, aliados de peso, como o comprova Suelly Souza de Almeida.

Resultado de dezessets anos pesquisa sobre o tema da violência, *Femicídio* é bastante feliz ao abordar assunto tão árido. A autora tece um quadro teórico em que utiliza categorias como campo de forças, violência, poder e experiência, entre outras, empregando-as na área dos estudos de gênero. Este é o aspecto distintivo do *Femicídio*:

Imiscuir dimensões teórico-práticas de um fenômeno social de modo competente e eficaz. Além, a utilização da categoria campo de forças revitaliza o debate acadêmico sobre gênero. Os depoimentos e as peças dos processos-crime são contextualizados através da análise de um complexo conjunto de relações sociais: vítima, agressor, homicida, policiais, defensores, promotores, jurados e juízes, protagonistas das ajudadas relações — de resto, como todos os seres sociais —, têm suas trajetórias revisitadas nös episódios, o que permite não só a tematização pública da violência. Permite, mais do que isso, uma dolorosa constatação: a judicialização da violência de gênero também reduz esse fenômeno social a questões de âmbito familiar.

Ao contribuir para a (re)produção do antagonismo de gênero e, simultaneamente, ao serem nele engendrados, o direito e a justiça acabam por retardar o combate efetivo à violência de gênero, doméstica e conjugal — em especial o combate ao femicídio. Apesar desses elementos absolutamente frustrantes, a autora anima o leitor ao assinalar que o campo de forças tem um caráter poroso, o que permite a construção de estratégias de resistência que amparam os sobreviventes da violência de gênero. A título de exemplo, oferece os casos do Quebec e da França, onde uma rede de apoio sólida garante às mulheres vítimas da violência condições concretas de sobrevivência. Outro trunfo do livro é justamente o paralelo entre as gestões públicas da violência no Brasil, na França e no Quebec. Sem pretensões de estudo comparativo, a autora devolve à sociedade brasileira o resultado de parte de seu doutoramento junto ao *Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail / Centre National de la Recherche Scientifique*, sob a forma de indicadores internacionais preciosos à análise, e conseqüentemente ao enfrentamento da violência de gênero. Deste modo, ela brinda o leitor com uma análise séria sobre uma política pública dirigida à mulher, na área da segurança,